



34958526



08004.000008/2026-95



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
COMISSÃO TÉCNICA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA– CT-CGE
REUNIÃO ORDINÁRIA

LISTA DE PRESENÇA (34958526)

Da ta	25/02/2026	
Loc al	MJSP - 3º ANDAR sala 304	
ITE M	NOME	ÓRGÃO
1	David de Lima Freitas	SPO
2	Eduardo Barros	SENAACON
3	João Alberto Nogueira	SENAJUS
4	Andreia Prima Olivo	SE
5	Daniel Russo	PF
6	José Roberto Ângelo	PRF
7	Genivaldo dos Santos	SENASP
8	Priscilla Oliveira	SENASP
9	Ediane de Assis Bastos	SEDIGI
10	Priscila Yuvamoto	CADE
11	Ewandjôecy Francisco de Araújo	SAJU
12	Pedro Henrique de Moraes Cicero	SAJU

Da ta	25/02/2026	
13	Gilmar Araujo	CGOF
14	Bruna Ignácio Moreira	CGGE
15	Maria Cecilia Lima	SENAD
16	Caroline Sodré	SENAD
17	Giorgia L. S. Amaral	SENAPPEN
18	Morgana S. Militão	SENAPPEN
19	Talysson J. F. Brito	SENAPPEN

Pauta da reunião (34958526)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governança em Ação; 2. Monitoramento das Políticas Públicas; 3. Informações Gerais; e 4. Encaminhamentos.
------------------------------------	---

- 1) A reunião da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica (CT-CGE) foi aberta pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Coordenador da Comissão, Sr. David Freitas, que deu boas-vindas aos participantes e apresentou a pauta do encontro. Foram realizadas as apresentações dos novos membros e demais participantes da CT-CGE.
- 2) Na sequência da pauta "Governança em Ação: Práticas que Fazem a Diferença", o Sr. José Roberto realizou apresentação do Sistema de Gestão Estratégica - SIGEST, da Polícia Rodoviária Federal (PRF). O servidor informou que o sistema foi desenvolvido há aproximadamente três anos, com o objetivo inicial de acompanhar e controlar as ações das 27 superintendências da instituição, no contexto de um modelo de gestão estratégica orientado para resultados.
- 3) Destacou os desafios decorrentes da estrutura descentralizada da PRF, cuja sede situa-se em Brasília, com superintendências em todos os estados, subdivididas em delegacias regionais e unidades operacionais, além da Universidade Corporativa em Santa Catarina. Ressaltou que a capilaridade institucional demanda alinhamento e padronização das ações, a fim de garantir unidade de resultados, priorizando iniciativas de maior impacto, em consonância com o princípio de Pareto. Informou que, antes de 2013, havia apenas planejamentos locais e diretrizes gerais, sem metas ou acompanhamento sistematizado. A partir da instituição do Planejamento Estratégico, a PRF passou a aprimorar sua metodologia, culminando no desenvolvimento do sistema informatizado, que substituiu planilhas e passou a integrar funcionalidades de planejamento e monitoramento. O sistema promove alinhamento vertical das diretrizes, padroniza a gestão e organiza resultados, objetivos, indicadores e metas de forma hierárquica. O Planejamento Estratégico vigente possui horizonte até 2028, em razão do centenário da PRF, com revisão anual de indicadores e metas.
- 4) As diretorias propõem metas estratégicas, podendo desmembrá-las para as superintendências, conforme critérios institucionais. A partir das metas, são elaborados planos com detalhamento de iniciativas, entregas, atividades e tarefas, tanto em nível central quanto regional. A plataforma dispõe de módulo de pendências, planejamento, acompanhamento orçamentário, utilização de "tags" (etiquetas) para o monitoramento de projetos e módulo de

- gestão de riscos, permitindo controle estruturado e filtros por área. Ao final, foi aberto espaço para perguntas, ocasião em que se esclareceu que o sistema não se confunde com o sistema Petrus (PGD), também desenvolvido pela PRF, o qual possui finalidade específica de gestão de desempenho, embora apresente funcionalidades semelhantes de acompanhamento.
- 5) Dando prosseguimento à pauta, a Sra. Maria Clara apresentou sobre o monitoramento da Política de Acesso à Justiça e Promoções de Direitos da Secretaria Nacional de Acesso a Justiça - SAJU, informando que a exposição já estava previamente estruturada e que os resultados se encontram consolidados, embora ainda em processo de adequação ao formato da Carteira de Políticas Públicas. Destacou que a SAJU organiza suas iniciativas nos eixos de democratização do acesso à justiça; justiça racial, memória e reparação; empoderamento jurídico comunitário; acesso à justiça para as mulheres; e justiça socioambiental e direitos territoriais. Foram apresentados os principais projetos, entre eles: a expansão dos serviços da Defensoria Pública (com os Postos de Atendimento Comunitário da Defensoria Pública - PADEFs e unidades itinerantes); a formação de jovens e mulheres defensoras populares; a criação da Escola Nacional de Acesso à Justiça (ENAJU); a tradução de documentos para línguas indígenas; a atuação em demarcações de terras indígenas; a qualificação da atuação em conflitos fundiários; e os projetos voltados à memória, reparação e enfrentamento ao racismo. Ressaltou-se que, além do atendimento direto, as iniciativas visam ao aprimoramento das políticas públicas.
 - 6) Destacou também a realização da Oficina Mães por Direitos, no ano anterior, com participação de mais de 100 mães, especialistas e representantes da sociedade civil, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Direitos Humanos. Informou, por fim, o apoio a iniciativas antirracistas da sociedade civil, voltadas ao atendimento de vítimas de racismo, com o objetivo de qualificar a atuação jurídica nesses casos. Encerrada a apresentação, foram feitas considerações acerca da necessidade de vinculação das iniciativas aos instrumentos estratégicos de planejamento, governança e orçamento do Ministério, bem como à formalização por meio de portarias e definição de indicadores, em consonância com as demandas dos órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU). Ressaltou-se a importância da adequada instrução dos programas e projetos, com definição de indicadores e alinhamento ao Plano Plurianual (PPA). Em resposta, foi esclarecido que muitos dos projetos iniciaram como pilotos, tendo sido posteriormente ajustados para institucionalização e regulamentação formal, processo que se encontra em andamento, inclusive com aprimoramento de indicadores e sistematização do monitoramento.
 - 7) Em seguida, foi apresentada os resultados e as entregas da Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. Inicialmente, a Sra. Priscilla Oliveira cumprimentou os presentes e informou que aquela era a quinta política apresentada pela unidade no âmbito da Comissão. Ressaltou que a SENASP é responsável por nove Políticas Públicas na Carteira vigente e que, em todas as apresentações, tem sido exibida a estrutura das Comissões Permanentes de Monitoramento de Políticas Públicas, iniciativa interna da unidade, formalizada por Portaria em 2024 e cujo monitoramento mensal foi efetivamente iniciado em 2025.
 - 8) Esclareceu que as nove políticas foram estruturadas a partir de problemas públicos já identificados, que demandavam respostas institucionais. Dentre essas, quatro são consideradas instrumentais, por servirem de subsídio às demais políticas finalísticas, que possuem entregas diretas à sociedade. Ressaltou que a Política de Educação é considerada instrumental, pois permeia todas as demais políticas. Explicou também a distinção entre a Política de Educação e a Política de Valorização dos Profissionais, que embora ambas sejam transversais e complementares. A separação foi adotada para conferir maior visibilidade aos investimentos específicos em valorização, para além das ações de capacitação.
 - 9) Foram apresentados, ainda, os principais projetos vinculados à política, dentre os quais: o fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap); a Revista SUSP, periódico semestral interdisciplinar voltado à divulgação de artigos científicos na área de segurança pública; o SUSP e Democracia na Matriz, destinado à revisão da Matriz Curricular Nacional; o SUSP Ensina, voltado à formação continuada; e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, rede de altos estudos direcionada à pós-graduação. Por fim, foram mencionadas notícias e divulgações relativas às ações de capacitação e às parcerias firmadas para ampliação da oferta de cursos, destacando-se o impacto das especializações e demais iniciativas na qualificação dos profissionais de segurança pública.
 - 10) Na sequência, o Coordenador da Comissão ressaltou que os trabalhos relativos ao orçamento de 2027 já foram iniciados, incluindo a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO e o cadastro de ações orçamentárias, sendo esta uma oportunidade para revisão de metas, produtos e classificação de despesas, com vistas a melhor refletir as entregas do Ministério para a sociedade.
 - 11) Foi comunicada a existência de auditoria em curso pelo Tribunal de Contas da União - TCU, com diversas demandas relacionadas diretamente às atribuições do colegiado. Entre os pontos destacados:
 - Solicitação de relatório consolidado sobre a gestão das políticas públicas, conforme previsto na Portaria nº 2 do Ministro, que trata do Sistema de Governança do Ministério;
 - Encaminhamento da planilha de vinculação entre ações orçamentárias e políticas públicas;
 - Pedido de detalhamento das 39 políticas públicas;
 - Questionamentos sobre revisão da carteira de políticas em função da implementação do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social;

- Solicitação de informações sobre eventuais alterações nas políticas decorrentes dos ciclos de avaliação do Plano;
 - Encaminhamento de indicadores de políticas, atualizados mensalmente;
- 12) • Informações sobre avaliação de resultados e proposição de medidas corretivas, sendo esclarecido que o Ministério dispõe de relatórios de monitoramento, embora os modelos formais de avaliação ainda não tenham sido plenamente implementados.

13) Foi ressaltada também a importância de identificar registros em atas ou documentos que evidenciem decisões colegiadas que tenham resultado em ajustes ou correções de políticas públicas, como forma de demonstrar atuação efetiva de governança. Esclareceu, ainda, a distinção entre o colegiado central de políticas do Ministério e o CT-PNSP, colegiado técnico específico do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, sendo que parte das demandas do TCU dirige-se especificamente a este último.

ENCAMINHAMENTOS:

Próxima reunião:

- 31/03/2026, às 15h, sala 304, Edifício Sede.
- Apresentações de monitoramento:
 - SENAJUS: Política de Qualificação de Organizações da Sociedade Civil e Organizações Estrangeiras;
 - PRF: Política de Mobilidade nas Rodovias Federais.

Ao final, o Coordenador da Comissão reforçou a importância do trabalho desenvolvido pela CT-CGE, especialmente diante da auditoria em curso pelo órgão de controle, destacando-se que as respostas institucionais somente são possíveis em razão do esforço e do trabalho coletivo dos membros da Comissão. Em seguida agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **PRISCILLA OLIVEIRA, Coordenador(a) de Planejamento Estratégico e Avaliação**, em 19/03/2026, às 09:35, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Genivaldo dos Santos Costa, Chefe do Serviço de Apoio Estratégico**, em 19/03/2026, às 10:45, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO RODRIGUES MACÊDO, Coordenador(a) de Gestão Interna**, em 19/03/2026, às 17:07, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ediane de Assis Bastos, Diretor(a) de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital - Substituto(a)**, em 24/03/2026, às 17:44, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique de Moraes Cicero, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Acesso à Justiça**, em 25/03/2026, às 15:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **David de Lima Freitas, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 27/03/2026, às 17:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Almeida Sodré, Coordenador(a) de Administração - Substituto(a)**, em 01/04/2026, às 09:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **EWANDJÔECY FRANCISCO DE ARAUJO, Coordenador(a)-Geral de Transferências, Orçamento e Parcerias**, em 02/04/2026, às 20:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANE CORTAT CAMPOS MELO, Usuário Externo**, em 09/04/2026, às 18:01, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Araujo de Sousa, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 10/04/2026, às 11:21, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adenisio Alvaro Oliveira de Souza, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno - Substituto(a)**, em 15/04/2026, às 14:30, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **34958526** e o código CRC **47FE7819**
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.
